



Censura a livros nos processos do Arquivo Miroel Silveira¹

Andrea Limberto LEITE²
Barbara Júlia Menezello Leitão³
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

As relações entre poder e acesso a informação são o tema deste trabalho. Trata-se de um estudo que tem por objeto de pesquisa a ação do Estado sobre as bibliotecas durante o período que, no Brasil, compreende a duas ditaduras - a de Getúlio Vargas (1937-1945) e a militar (1964-1985). Concentramo-nos na ação censória sobre publicações e para recuperar esse passado, utilizaremos documentação de arquivos, em especial o Arquivo Miroel Silveira da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que contempla os processos de censura prévia ao teatro no Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: censura a publicações; ditadura militar; Arquivo Miroel Silveira, acesso a informação

Introdução

As relações entre poder e acesso a informação é o tema deste trabalho. Trata-se de estudo que tem por objeto de pesquisa a ação do Estado sobre as bibliotecas durante o período que, no Brasil, compreende a duas ditaduras - a de Getúlio Vargas (1937-1945) e a militar (1964-1985). Para recuperar esse passado, utilizaremos documentação de arquivos, em especial o Arquivo Miroel Silveira da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, depoimentos e entrevistas com bibliotecários e estudiosos, entrevistas com pessoas que tenham participado dessas ações e pesquisa bibliográfica.

A censura é a atitude autoritária que visa interferir nesses dois poderes – às vezes coibindo a publicação das idéias do escritor, às vezes impedindo o acesso dos leitores. Essa imposição existe desde o surgimento da escrita e a constituição de instituições

¹ Trabalho apresentado no NP Produção Editorial, IX Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP, email: andrealite@usp.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP, email: bjulia@usp.br



legitimadoras de poder como a Igreja ou o Estado. A luta entre o poder dos livros e das idéias e o instituído na sociedade, não se dá sem resistência. Por exemplo, escritores e leitores sempre encontram uma forma de driblar as restrições. Não é raro encontrarmos relatos de leitores que chegam a enterrar seus livros para salvá-los de uma interdição, ou até da fogueira. A queima de livros não é rara na história da civilização nem é um privilégio dessa ou daquela ideologia. Muitas cinzas surgiram da perseguição aos livros e às idéias neles contidas.

Assim, a censura resulta em um jogo de forças entre poder social e o poder abstrato das palavras, das idéias e dos textos escritos. A censura, porém, não é ação exclusiva do Estado, seja ele monárquico, republicano ou outro. Ela também ocorre nas famílias, nos grupos sociais e, até mesmo, em nível individual, com a chamada auto-censura. A caça aos livros não é privilégio de um determinado regime político. No entanto, a censura promovida pelo Estado é a que mais resistência desperta, pois intimida, emudece e é exercida em nome da defesa dos cidadãos. Sobre isso nos fala Gonzalez: GONZALEZ, citado por INVERNIZZI; GOCIOLO (2003):

“A censura estatal é uma parte obscura do medo de quem opta por falar. É certo que outras formas de medo levam à mudez, à rigidez dos corpos; ao apagamento de zonas inteiras da memória. Porém quando a censura elege colocar-se nas vestimentas da linguagem regulamentadora do Estado, escreve um página única do poder que depois por acaso é esquecida”. (GONZALEZ apud INVERNIZZI & GOCIOLO, 2003: 17).

O Projeto Temático *A cena paulista - um estudo da produção cultural de São Paulo entre 1930 e 1970 através do Arquivo Miroel Silveira da ECA-USP*, com financiamento da Fapesp foi outorgado em 2004 e, desde então, reúne pesquisadores de diversos níveis – desde bolsistas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado a professores doutores, coordenadores de eixos temáticos de pesquisa. Ficou conhecido simplesmente como o Arquivo Miroel Silveira (AMS), vinculado à Biblioteca da ECA-USP. Ao todo, abriga 6.206 processos de liberação de peças teatrais para apresentação pública entre 1925 a 1972. O material é resultado da submissão e arquivamento das peças submetidas à apreciação do Departamento de Diversões Públicas de São Paulo (DDP-SP) no período, chegando à ECA com o fim da censura.

As peças que acompanham os processos, material de especial interesse para nós, foram entregues em formatos diversos: cópias datilografadas, mimeografadas, reproduzidas com papel carbono, entre outras. Dada a trajetória da autora desta



pesquisa, interessou-nos as peças apresentadas no formato de livros impressos, publicados por editoras comerciais.

O livro impresso nos processos do arquivo Miroel Silveira

No âmbito do Arquivo Miroel Silveira, todas as linhas de pesquisa que foram e estão sendo desenvolvidas abordam a censura em diversas vertentes, o que conduz à reflexão sobre a importância da biblioteca na preservação da memória para as gerações futuras, não somente como guarda de informações, mas principalmente como apoio ao desenvolvimento e questionamento às mais diversas linhas de pensamento.

Algumas questões importantes surgiram no desenvolvimento do trabalho com o Arquivo Miroel Silveira. Teria havido processo semelhante de censura prévia para a publicação de livros? Teriam as bibliotecas ficado submetidas a censores que buscavam títulos para tirá-los de circulação? Sendo que muitas peças apresentadas à censura constituíam livros impressos, teriam os censores direito de modificá-los em nome da moralidade ou de qualquer outra justificativa? Consideramos oportuno refletir o que teria acontecido com os livros que se encontram nos processos do AMS, estender os estudos sobre a censura para novos campos do saber e para outras fontes de expressão e informação. Assim surgia essa proposta de pesquisa de doutorado, na qual as bibliotecas devem ser entendidas em suas relações com o Estado e os poderes instituídos.

No bojo desse debate, outras questões surgiram. Teriam sido as bibliotecas públicas ou privadas, no Brasil, um instrumento de poder, como foram as bibliotecas espanholas, italianas e portuguesas, ou assim como as argentinas, durante o período dos regimes totalitários? Teriam sofrido intervenção direta do Estado na constituição e manutenção de seus acervos? Como a biblioteca, mais especificamente a pública, foi vista pelo Estado republicano brasileiro, principalmente durante os períodos de ditadura?

Período Vargas: INL, DEOPS, DIP

Com o Estado Novo, Getúlio Vargas decidiu assumir o papel de pai da cultura do Brasil. Essa postura interferiu diretamente na produção livresca e na instituição das bibliotecas públicas. Citamos Costa:

“Centralizado, populista, nacionalista, o Estado Novo deu especial atenção ao desenvolvimento das artes e das comunicações, levando ao auge a intervenção governamental nessas áreas” (COSTA, 2006:95).



O precursor do Instituto Nacional do Livro (INL) foi o Instituto Cayru, criado com o propósito de organizar uma enciclopédia brasileira. O ministro da Educação e Saúde do primeiro governo Vargas, Gustavo Capanema, estabeleceu uma comissão que deveria elaborar o plano para a publicação da mesma. Como a tarefa seria grande, a comissão julgou necessário existir um órgão responsável para sua confecção. Capanema buscou o apoio dos intelectuais brasileiros para a publicação e foi auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete.

Conforme Halewell:

“Inspirado na magnífica enciclopédia italiana TRECCANI, então recentemente completada no governo Mussolini, e que já levava a empreendimento semelhante no Portugal de Salazar, Vargas sonhou com uma enciclopédia e um dicionário nacional semelhantes para o Brasil” (HALEWELL, 1985: 313).

O Instituto Cayru sobreviveu somente até dezembro de 1937, quando foi criado o INL. Vargas nomeou para a diretoria do INL um gaúcho, o poeta Augusto Meyer, que dirigiu o instituto até 1954 e, depois, de 1961 a 1967. Mário de Andrade foi um dos intelectuais convidados, como consultor, a colaborar no desenvolvimento da enciclopédia. Apesar de sua oposição ao Estado Novo, aceitou o convite, pois entendeu que a construção de uma obra voltada para o cidadão brasileiro deveria ser priorizada.

De acordo com Oiticica (1997), o organograma do INL era estabelecido em seções dedicadas principalmente às publicações e à organização das bibliotecas, de acordo com as funções que o Instituto assumia:

“...a seção da Enciclopédia e do Dicionário e a Seção de publicações, cujos primeiros chefes foram respectivamente o poeta Américo Facó e o sociólogo e historiador Sergio Buarque de Holanda, seções que ao lado de uma seção eminentemente técnica relativa à organização das bibliotecas públicas formavam o tripé do Instituto” (OITICICA, 1997: 112)

O INL herdou a tarefa de produzir uma bibliografia nacional atualizada, competência da Biblioteca Nacional, mas que até então não havia conseguido lograr êxito. Assumiu também a responsabilidade de desenvolver as bibliotecas públicas. Podemos atribuir a inclusão dessa atividade provavelmente pela influência de Augusto Meyer, que havia sido diretor da biblioteca pública estadual de Porto Alegre, além de cuidar dos interesses mais amplos do livro no Brasil.

Dessa forma estabelece-se um vínculo estreito entre o funcionamento das bibliotecas no país e a atuação do INL. Como afirma Araújo, “assim, a compreensão da relação entre Estado autoritário e biblioteca pública, no Brasil, passa necessariamente pela análise da atuação social do INL” (ARAÚJO, 2002: 31):



Podemos identificar tal vínculo também pelas justificativas utilizadas para o trabalho do Instituto. Citamos abaixo um parágrafo da carta que Gustavo Capanema envia a Getúlio Vargas para justificar a importância da implantação do INL:

“É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, *mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas*” (ARAUJO, 2002: 31 - grifo nosso).

Destacamos a referência à vigilância sobre o livro. Consideramos que nesse ponto fica clara a abertura dada para um discurso da intolerância, a partir do momento em que Capanema enfatizou o papel fundamental do livro e, ao mesmo tempo, alertou que o Estado não deveria permitir que ele se tornasse o instrumento do mal. Dessa forma, há direcionamento do que deveria ou não ser editado e divulgado nas bibliotecas.

O INL assumia uma de suas tarefas de maior destaque, um plano de divulgação. Capanema enfatiza a importância das publicações do INL, conforme citação apresentada em seu plano de 25 de julho de 1938:

“Integrando-se no objetivo nacional educacional do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional do Livro, dará aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, das utilidades conseguidas e dos ideais mais nobres. [...] A publicidade será ativa em volta da nacionalização do livro. (Arquivos do CPDOC *apud* ARAUJO, 2002)

O INL e as bibliotecas públicas após 1937

Após a criação do INL, houve uma expectativa de ampliação da implantação e estruturação de bibliotecas pelo país, porém o que de fato ocorreu, foi uma dispersão de recursos e atuação sem planejamento. Segundo Moraes, “não deixa de assustar essa avalanche desordenada, sem plano, sem método, dispersando esforços e dinheiro” (MORAES, 1943: 37)

No entanto, devemos atentar para a importância do INL como fator de ampliação de acesso a livros em regiões distantes do país. Em outro momento de seu texto, Moraes revela a importância do Instituto como provedor de acervo para as bibliotecas localizadas em regiões distantes:

“Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes?” (MORAES, *idem*: 38)

Nesse texto de 1943 é, de certa forma, compreensível a visão de que pelo menos as bibliotecas estavam recebendo livros, porém cabe refletirmos sobre quais seriam os



livros que estavam sendo enviados e se havia alguma forma de seleção que visasse atender aquele leitor, ou se lotes de livros eram simplesmente encaixotados e entregues. Ou seja, nossa preocupação está no nível da seleção e limitação do acesso aos materiais. Esse é um ponto que pretendemos pesquisar.

DEOPS/DIP

O Estado Novo já possuía como fator regulador o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) e para se fortalecer ainda mais cria em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), destinado ao desenvolvimento de ações de censura junto ao rádio, música, cinema, educação, imprensa, enfim, às artes em geral e outras formas de manifestação cultural. Consideramos toda a organização direcionada na ótica do Estado como único interlocutor legítimo com e para a sociedade.

O DIP pode ser considerado um grande órgão que, de acordo com Costa (2006), em 1940, acumulava a atribuição de 53 serviços diferentes, como por exemplo: promoção da cultura, incremento do turismo no país e censura prévia a jornais e diversões públicas, além de administrar a Agência Nacional e o Conselho Nacional da Imprensa. O Departamento acumulava, assim, um leque enorme de funções e estava garantido por um poder em nível máximo no governo, já que na hierarquia governamental respondia diretamente a Presidência da República.

Os dois departamentos, DOPS e DIP trabalhavam na censura aos livros, em nível nacional e através de suas ramificações nos estados, conforme afirma Carneiro:

“Durante o Estado Novo, principalmente após 1939, as editoras ficavam entre dois fogos repressores: o DOPS e o DIP, ambos apoiados pela ação de suas sessões estaduais que garantiam a ‘caça’ aos livros proibidos” (CARNEIRO, 2002: 65)

Podemos dizer que o DIP, principalmente, irá assumir a censura aos livros, tarefa essa designada anteriormente ao INL, criado como o instrumento para controlar o que poderia ser impresso ou importado. O departamento tinha suas ramificações locais e também os DEIPs, que representavam o DIP no âmbito estadual, para aumentar ainda mais a esfera de atuação do controle do Estado.

O DIP se fortalece a custa das dificuldades de estruturação do INL, que teve um longo período de estabelecimento e até o funcionamento como instituição, foram dois meses para a nomeação de seu diretor e um ano e meio para os chefes de seção e quase dois anos para a sua primeira publicação.



O INL – ditadura militar

O período do governo de Juscelino Kubitschek, 1956-1960, é marcado por dois fatores: aumento na produção gráfica e logo depois seu declínio devido à inflação. Logo após entram os conturbados momentos políticos com o governo de Jânio Quadros, João Goulart e finalmente o golpe militar de 1964.

Entre 1967 e 1970 é possível observar que o governo federal não se preocupou com as bibliotecas enquanto aparelhos culturais. Na verdade, as ações se concentraram não nos prédios das bibliotecas já instalados, mas na procura de desenvolver uma política de publicação de livros sem se importar com a forma ou a possibilidade dos mesmos serem acessados pelo público. Podemos observar, então, uma discrepância entre as políticas destinadas à publicação de livros e àquelas de instalação e manutenção de bibliotecas.

O que se percebe é que, novamente, para o Estado, a simples distribuição de livros permite que se crie a ilusão de uma política de que se está realizando a importante função de disseminador da informação. O ato de distribuir é entendido como um sinônimo de acesso democrático e amplo.

Para as editoras, a ditadura militar foi um momento complicado, pois tinham que prever, na medida do possível, se determinada obra poderia ser apreendida depois de impressa, o que acarretaria um enorme prejuízo comercial. O governo afirmava que livros técnicos, didáticos, científicos e romances não necessitavam passar pela censura, desde que não tratassem de sexo, erotismo, amor livre e obscenidade. Conforme matéria publicada no Jornal do Brasil em 05 de novembro de 1975:

“Cento e sete livros, considerados “contrários aos princípios morais e aos bons costumes” ou capazes de “incitar a subversão da ordem política e social” já foram proibidos de circular no Brasil. Vinte mil exemplares foram apreendidos – mas não incinerados, com prevê a lei: tiveram seu papel reciclado para novo aproveitamento industrial” (JORNAL DO BRASIL, 1975)

Havia também a publicação de livros didáticos. Devemos ressaltar que esse tipo de livro foi o grande propulsor da impressão livresca no país. As editoras puderam ampliar suas vendas devido ao aumento do número de escolas e de estudantes, porém como afirma Lindoso:

“A participação direta dos governos (federal, estadual e municipal) na aquisição de livros era relativamente pequena. As editoras vendiam para os pais de alunos, por meio de livrarias” (LINDOSO, 2004: 92)



Mas, ao mesmo tempo, tornou-se arriscado, tanto financeiramente como pessoalmente, publicar qualquer coisa que pudesse transgredir o limite da tolerância oficial, difícil de ser definido em termos explícitos.

Uma das maneiras de abordarmos a questão dos critérios para a censura de livros e periódicos no período militar é observar decretos-lei. A questão de censura aos livros e periódicos se fortalece na ditadura militar com o Decreto-Lei N. 1.077 de 26 de janeiro de 1970, do qual ressaltamos alguns pontos relevantes:

“Considerando que esta norma visa a proteger a instituição da família preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

Considerando que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

Art. 1 – não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2 – caberá ao Ministro da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior” (DECRETO-LEI N. 1.077, de 26/01/1970).

O decreto passa ao Ministro da Justiça a competência para proibir livros, cabendo ao órgão responsável pela censura sinalizar, nas obras, os pontos que seriam considerados um atentado à moral e aos bons costumes, como também indicar as partes que poderiam ser consideradas subversivas.

A atuação do Instituto Nacional do Livro se estende até o período do regime militar. Após 1964, o país passa a viver mais um momento no qual a Segurança Nacional é fundamental, ocasionando assim um conflito entre a liberdade de expressão tendo em vista o desenvolvimento da cultura e a censura política.

O Serviço Nacional de Informação, SNI, foi criado pelo general Golbery do Couto e Silva a partir da implantação por Castello Branco do Ato Institucional 1, em abril de 1964, visando fortalecer a estrutura de poder do regime. O SNI nos interessa por ser um dos órgãos da ditadura militar que faz associar o controle do Estado com sua política cultural. Podemos dizer que a relação estatal sobre a cultura é de controle e autoritarismo, como nos aponta Bento citada por Araújo:

“A relação do Estado com a cultura passa a ser diretamente autoritária e ameaçadora, considerando-se intolerável qualquer ação cultural que não se enquadre nos critérios pré-estabelecidos, nos planos, programas e projetos estabelecidos pelo Estado, que se baseavam no binômio – desenvolvimento econômico e segurança nacional” (Marcioly Medeiros Bento *apud* ARAUJO, 2002: 44)



É no ano de 1967 que o governo volta sua atenção para a atuação de outro órgão, o INL. É apresentado, então, um diagnóstico da política cultural nacional no qual aparecem quais seriam os objetivos e finalidades do INL que apresenta a situação da cultura no país como caótica, enfocando principalmente o livro e as bibliotecas.

Surgiu, então, uma proposta de reformular as tarefas do INL para que houvesse uma melhora no setor cultural nacional. Suas designações seriam:

“Fornecer aos autores incentivos econômicos para a publicação de obras, diminuição ou extinção dos ônus fiscais sobre a atividade cultural. Remodelar e ampliar bibliotecas públicas que se encontram em um estado deplorável, inclusive a BN, com recursos financeiros, aumento de pessoal, mecanização dos serviços bibliotecários. Como sugestão de emergência, a criação de Bibliotecas em todo país, no mínimo uma em cada município. Valorizar o livro brasileiro, incentivando a organização e publicação da enciclopédia brasileira e o dicionário de língua portuguesa” (PEREIRA, 1967).

Identifica-se nessas diretrizes um resgate de propostas do Governo Vargas, do momento de criação do Instituto: a proposta de elaboração de uma enciclopédia não aconteceu, a situação caótica das bibliotecas permanecia e era retomada novamente a idéia de uma biblioteca em cada município. Podemos nos perguntar quais as mudanças propostas de fato.

Observamos que não houve registro formal da participação de bibliotecários na elaboração do referido diagnóstico, fato citado por Araújo (2002). A direção do INL é atribuída a militares. Quem irá dirigir o Instituto, que passa a ser subordinado ao Ministério da Educação, é o general Umberto Pelegrino, no período de 1967 a 1970. Na atuação do INL se reconhece um padrão básico de incentivo à cultura através da distribuição de livros, como nos indica Araújo (2002):

“Assim, se, através das ações do INL, as bibliotecas públicas se multiplicaram por todos os Estados e muitos municípios no país; é igualmente verdade que esta multiplicação foi efetuada de forma desorganizada. Desta forma, o panorama é o de milhares de bibliotecas públicas com utilidade limitada, servindo a um público restrito (alfabetizados) e, dentre este, o público estudantil. O padrão básico de 1937 permanece em 1964- distribuir livros a mancheias” (ARAÚJO, 2002: 52).

Dessa forma, podemos dizer que na ditadura militar há a mesma estratégia de garantir uma imagem do governo e de nação por meio do controle de livros e bibliotecas. Voltamos à questão do reforço da imagem do saneamento da Nação, pois seriam encaminhados para as bibliotecas os livros publicados e de interesse do Estado.

Interessa-nos investigar se livros já existentes, mas não condizentes com o regime sobreviveram para consulta e leitura do público. Inclusive, complementando a



citação de Araújo, entendemos que mesmo as bibliotecas sendo voltadas a uma população letrada, o acesso a esse aparelho cultural dependem de circunstâncias tais como, prédio adequado, e principalmente pessoal capacitado para atender o público.

No Brasil, a censura se fazia através da atuação do INL. O Instituto se volta mais uma vez à vigilância sobre a edição de livros, a partir da Portaria N. 35, de 11 de março de 1970, na qual passa a existir o regime de co-edição. Por tal regime o Estado praticamente renuncia à iniciativa editorial e subsidia o setor privado, reservando-se o poder de veto sobre o material publicado.

Apesar de mais direta a intervenção em co-edições, o Estado também mantinha a vigilância sobre as obras publicadas em geral. Oiticica (1997) afirma que se o Estado tinha toda uma estrutura censória para as obras em geral e as co-edições não passariam incólumes, dessa forma recrutou intelectuais para executar o processo de seleção das publicações, eram eles: Octávio de Faria (1908-1980), Adonias Aguiar Filho (1915-1990) e Marcos Konder Reis (1922- 2001). Esses profissionais formavam “uma comissão de leitura e seleção que indicava os aprovados e rejeitados do programa de co-edições do INL, ad referendum da sua diretora, que também levava em conta o parecer técnico-financeiro do Chefe de Seção de Publicações” (OITICICA, 1997: 146-7).

A partir de 1970, o Instituto inicia o processo de representações burocráticas nos municípios brasileiros. Durante o período das co-edições, o INL teve pela primeira vez na história uma bibliotecária em sua direção, a escritora Maria Alice Barroso, entre 1970 e 1974. Nesse período, lançou um projeto de implantação de bibliotecas na região da Rodovia Transamazônica em 1972 e, a partir de 1973, criou a capacitação para auxiliares de biblioteca. A sede do INL transferiu-se oficialmente para Brasília em 1972.

Em 1973, foi lançado um novo decreto de 15/08, o de número 72.614, no qual foram revistas as atribuições do INL. Consideramos, na verdade, que o decreto representa uma simples mudança verbal, alterando de “editar” para “promover a publicação” em relação aos livros e, no que se refere às bibliotecas, de “incentivar a organização” para “organizar”.

O regime de co-edições proporcionou a publicação de 77 obras e mais 21 publicações institucionais. No período do milagre econômico foram distribuídos 30 milhões de livros a escolas e bibliotecas públicas e universitárias de todo o país. Realmente esse processo de publicação e distribuição de livros oficiais fomentou a indústria livreira que, segundo Oiticica (1997):



“Celebrado o contrato, o INL comprava parte da tiragem, adiantando ao editor, mediante as últimas provas tipográficas, 40% do valor de investimento, complementados somente se a editora, por entrega da cota de exemplares do INL, estivesse em dia com o respectivo direito autoral. Essa cota era então destinada à rede de bibliotecas públicas e a cota da editora ao circuito comercial” (OITICICA, 1997: 167).

Toda essa massa editorial alimentou as bibliotecas durante o período militar, entretanto, voltamos à questão que os acervos, principalmente das bibliotecas públicas, foi constituído a partir de uma ideologia determinada pelo Estado, reforçando a proposta de fomentar a visão da população para a constituição da Nação ideal.

As obras que poderiam ser publicadas e divulgadas passavam por um processo censório com as seguintes características: no campo político-militar eram vetadas aquelas que fizessem elogio ao comunismo ou criticassem o sistema político vigente; no campo da moral religiosa, eram vetados os temas do ateísmo e da pornografia; no campo estético, o veto se dava sobre o realismo social e o vanguardismo, formal ou comportamental.

Notamos, assim, uma ação do Estado, mais forte no período militar de fomento à indústria livreira, para que em regime de co-edições houvesse um controle daquilo que seria publicado. Esse processo sem dúvida gerou um acervo considerável para as bibliotecas públicas, possibilitando o desenvolvimento de uma política voltada à formação de leitores, mas com base nos ideais daquilo que era considerado “bom” para o cidadão.

Questionamos, dessa forma, se o hábito de leitura (um dos objetos do INL) foi realmente desenvolvido. É somente em 1990, depois de terminado o regime militar e quando o INL é incorporado a Fundação Biblioteca Nacional, que é criado o PROLER.

Observamos uma recorrência tanto no período Vargas quanto na ditadura militar, que é o incentivo à leitura e à organização de bibliotecas alicerçado em decretos. Normalmente, temos a ação estatal para formar “uma biblioteca em cada município”.

Um tipo específico de censura: o arquivo Miroel Silveira e o teatro

Dentro do número de processos contidos no Arquivo Miroel Silveira, um aspecto que chamou nossa atenção foi em relação a textos originais censurados que, por fim, acabaram sendo editados e impressos como livros. Esse fato nos levou à indagação de como o DIP teria permitido que uma peça censurada pudesse ser impressa.



Para exemplificar o teor dos processos que procuramos investigar, temos a obra *Filhos do Canalha* (DDP 0010⁴), no qual podemos encontrar encartados no processo tanto a peça como o livro. A peça foi proibida para encenação em 1941 e em 1944. Entretanto, tanto o texto original, em prosa, quanto a adaptação teatral foram impressos. Dessa forma, o veto incidu apenas no ato de encenação.

No processo da peça *O Delegado do Interior do Estado* (DDP 0080) vemos que a solicitação de 1942 censura o texto datilografado e não a obra que havia sido impressa em 1926. Não existe nenhuma recomendação em relação ao livro. Encontramos no DDP 0494 que a autoria da obra é de Jorge Coimbra. Dois livros presentes no Arquivo Miroel Silveira também chamaram nossa atenção, impressos pós-64, são *Liberdade, Liberdade* (DDP 5767) e *Opinião* (DDP5678).

O primeiro texto foi censurado praticamente na íntegra para que pudesse ser encenado. O censor valoriza a obra, entretanto alerta que, devido ao período político, se não fossem efetuados os cortes recomendados, iria proibir sua encenação. Supomos que o livro foi liberado, por ter sido impresso antes de 1970, não passando pelo crivo da censura literária.

Quanto a *Opinião* – no qual o título da obra é *Opinião: texto completo do show* – acontece algo interessante: a peça é liberada, considerada livre, em 12 de abril de 1965. Entretanto, o mesmo censor, em 13 de maio de 1965, ou seja, um mês depois, emite certificado de censura somente liberando a peça se fossem efetuados diversos cortes. Da mesma forma, não existe solicitação ou recomendação para apreensão do livro.

Para complementar a análise dos processos ocorridos no Estado de São Paulo, tivemos a oportunidade de consultar o Arquivo Nacional em Brasília, onde pudemos observar a documentação referente ao período de censura pós-1970. Nesse período, entra em vigor o Decreto-lei N. 1.077 de 26 de janeiro de 1970, no qual o Ministro da Justiça passa a ter o poder em relação às obras que poderiam ser impressas ou teriam a permissão para circular no país.

Os artigos demonstram uma preocupação tanto com os livros já impressos, como também com os que seriam ainda publicados. Gerou-se, assim, um temor nos editores, já que não havia como saber o que não entraria no processo de busca e apreensão.

Em alguns casos, os censores citavam que não haveria necessidade de uma obra passar por processo censório, pois a mesma se enquadrava como romance. Entretanto,

⁴ Essa identificação (DDP seguido de quatro dígitos) refere-se ao número do processo no AMS.

como o próprio dispositivo da lei é amplo, tornava-se complicado para um editor julgar o que poderia ser ou não impresso. Outro problema para os editores é que, mesmo uma obra sendo aprovada, poderia ocorrer uma reclamação por parte da população e a partir de um protesto a obra poderia ser retirada de circulação. Exemplificamos anteriormente tal fato com a obra de Henry Miller, *Dias de Clichy*, mas situação semelhante ocorreu com outros livros, como *O Machão*, de Harold Robbins, e *Último Tango em Paris*, de Robert Alley.

A análise de documentos primários pertencentes ao Arquivo Nacional indica uma censura voltada “à moral e aos bons costumes” que aplicam rigidamente o Decreto-Lei N. 1.077. Localizamos documentos (imagem em anexo) com ordens para incinerar obras consideradas pornográficas. Nesse caso específico, foi possível acompanhar todo o trâmite burocrático até a queima dos livros: solicitação, autorização, expedição, o recebimento pela autoridade que deveria executar a queima e a determinação do ato.

Tivemos a oportunidade de ver peças teatrais que ganharam prêmios no concurso realizado pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT) e foram impressas como livros. O fato curioso é que as obras foram encaminhadas para censura após serem impressas, dessa forma, algumas não foram liberadas e para a sua encenação deveriam passar por outro processo censório. Todavia não conseguimos saber o que aconteceu com os exemplares impressos, se foram ou não liberados para circulação. Encontramos telegrama do então diretor do SNT pedindo urgência na liberação dos livros para distribuição gratuita as bibliotecas. Citamos, como exemplo, a peça *Papa highirte*, de Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974), que somente foi liberada para encenação onze anos depois de ganhar o prêmio, em 1968.

De acordo com o material analisado, a única documentação específica relativa às bibliotecas foi a carta encaminhada ao Ministro da Justiça, solicitando a retirada do livro *Dias de Clichy*, pedido que foi considerado, pois sua apreensão ocorre em 1974. Contudo, em relação às demais obras apreendidas, não encontramos nenhuma orientação para a retirada de acervos de bibliotecas.

No que concerne a temas políticos, obras que foram impressas em Portugal, em 1974, com tema ou mera alusão ao comunismo, foram censuradas, assim como a solicitação da tradução da obra *The Brazilian Communist Party*. O censor afirma:

“Não vejo nenhuma razão nem conveniência em traduzir e editar este livro, na situação que o país atravessa. Esse tipo de leitura deve ser reservado, aos estudiosos da matéria e aos



serviços de informação, pelo conteúdo e pela precisão dos dados quanto às esferas e seu comportamento na América Latina”.

Poderemos traçar um paralelo entre os critérios censórios adotados para os processos do Arquivo Nacional e aqueles adotados em São Paulo, nos processos do Arquivo Miroel Silveira. Essa análise conjunta nos ajuda a estabelecer uma unidade do processo censório no país.

Referências bibliográficas

ABRAMO, M. “O livro no Brasil: alguns dados sobre a sua historia e sua evolução”. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 65, n. 3, p. 173-185, abr. 1971.

ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 317p.

ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. 99p.

BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.

CANFORA L. **Livro e liberdade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Ateliê, 2003. 104p.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas**. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê; FAPESP, 2002. 204p.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

CHARTIER, R. **Formas e sentidos**. Campinas: ALB, 2003.

_____. **A ordem dos livros**. Brasília: UnB, 1999. 111p.

COSTA, M. C. C. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira**. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. 282p



- GASPARI, H. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417p.
- GOMES, S. de C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1983. 101p.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. 693p.
- INVERNIZZI, H.; GOCIOL, J. **Un golpe a los libros: represión a la cultura durante la última dictadura militar**. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 2003. 409p.
- KNUTH, R. **Libricide: the regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century**. Westport: Praeger, 2003. 277p.
- LEE, E. “Censorship and community standards.” In: **Libraries in the age of mediocrity**. Jefferson: Mc Farland, 1998. p. 69-86.
- LEMONS, A. A. B. de. “Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras?” In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, 10., 1980, Curitiba. Anais. Curitiba, ABP, 1980. v.3, p. 1158-1161.
- LINDOSO, F. **O Brasil pode ser um país de leitores? : política para cultura/ política para o livro**. São Paulo: Summus, 2004. 222p.
- MALLEY, I. **Censorship and libraries**. London: Library Association, 1990. 36p.
- MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 301p.
- MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64p.
- OITICICA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados**. 1997. 270p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- PEREIRA, A. “O INL no diagnóstico preliminar da cultura. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.10, n.31, p.121-125, 1967.
- SILVA, R. **Liberdade de informação. informação livre: da quantificação necessária à democracia**. Lisboa: Polígono, 1981. 152